

OAB/RS defende o fim do inquérito das fake news

Entidade promoveu ato ontem, solicitando que o STF encerre o procedimento

LUANA PAZUTTI*

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS) promoveu ontem o ato público “Pelo fim do Inquérito 4781 – O STF precisa mudar”. A mobilização reuniu representantes da advocacia, lideranças, entidades e sociedade civil para debater os rumos do chamado “Inquérito das Fake News”, que tramita há sete anos no Supremo Tribunal Federal (STF). O procedimento foi instaurado em 2019 para apurar notícias fraudulentas, ofensas e ameaças contra membros da Suprema Corte.

Para o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, o encerramento do inquérito é essencial. “Nós não podemos pensar em resgatar a credibilidade do STF sem que este inquérito seja encerrado. Ele já passou de sete anos em tramitação, ele não tem um objeto claro e definido, não há transparência e ele foi aberto de ofício”, ponderou. “Este inquérito foi lá na origem criado para combater fake news. Não há dúvida de que as fake news prejudicam a democracia e devem ser combatidas, mas na forma da lei, respeitado o devido processo legal e respeitadas as prerrogativas da advocacia. E isso não acontece no inquérito 4781”, acrescentou, destacando ainda que o ofício está sendo utilizado para “justificar perseguições”.

MOBILIZAÇÃO

Essa não foi a primeira vez que a instituição se manifestou sobre a atual conjuntura do Supremo. Em fevereiro de 2026, a Ordem gaúcha organizou o ato público “O STF precisa mudar – Carta aberta à sociedade gaúcha”. Na ocasião, foi divulgado um documento com oito medidas objetivas para o aprimoramento do Tribunal. Já em março, a OAB/RS, junto com o Con-



Leonardo Lamachia liderou a mobilização realizada pela entidade ontem

ENTENDA

- Instaurado a partir de um ofício em 14 de março de 2019 pelo então presidente do STF, o ministro Dias Toffoli, o Inquérito 4781 tramita há sete anos no Supremo.
- A medida, de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, é mais conhecida como “Inquérito das Fake News” e foi implementada como uma reação a amea-

ças, ofensas e notícias fraudulentas endereçadas aos ministros do Supremo e seus familiares.

■ Embora tenha dividido opiniões desde a sua abertura, o procedimento tem sido alvo de críticas ainda mais recorrentes. Desde o início do ano, ministros do Supremo vêm discutindo o encerramento da matéria.

selho Federal da Ordem, reiterou o seu posicionamento sobre o arquivamento do inquérito em agenda com o presidente do STF, Edson Fachin.

“Nesta agenda nós entregamos um ofício pedindo o fim do inquérito. Só que, de lá para cá, nós não tivemos absolutamente nenhum avanço. A crise do STF se agudizou e nós não temos, por parte do STF como instituição, nenhuma resposta para a sociedade brasileira”, afirma o presidente da Ordem gaúcha.

Por isso, a instituição repete o ato, reiterando o pedido pelo fim do inquérito. Segundo Lamachia, estão sendo estudadas outras medidas mais efetivas para reforçar a solicitação. Ele aponta que a instauração de

um habeas corpus no próprio Supremo e a implementação de uma petição estão entre as alternativas. O presidente prevê que novas decisões deverão ser tomadas em junho, quando está marcado um ato conjunto entre as OABs estaduais e a OAB nacional.

Além de Lamachia, participaram a vice-presidente da OAB/RS, Claridê Chitolina Taffarel; a secretária-geral da OAB/RS, Ana Lúcia Piccoli; a presidente da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio Grande do Sul, Neusa Bastos; e o diretor-geral da Escola Superior de Advocacia, Gerson Fischmann.

*Sob a supervisão do jornalista Thiago Padilha

SEM RETROATIVIDADE

Reajuste do piso regional já está em vigor

Passou a valer ontem o reajuste de 5,35% no piso salarial dos trabalhadores gaúchos. Com o novo índice, a primeira das cinco faixas passará para R\$ 1.884,75, superando o valor do salário mínimo nacional, de R\$ 1.621. O mínimo regional incide sobre o salário de categorias de trabalhadores que não têm convenções ou acordos coletivos vigentes ou que trabalham na informalidade.

O projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa na terça-feira, foi sancionado pelo governador Eduardo Leite (PSD) e publicado no Diário Oficial desta quinta-feira. Apesar da data-base do mínimo ser 1º de maio, a revisão passa a valer desde ontem. Ou seja: os valores não serão pagos de forma retroativa.

Segundo o governo do Estado, o percentual de reajuste foi

definido após reuniões com federações empresariais e centrais sindicais com Casa Civil, ao longo do mês de abril.

A metodologia adotada no reajuste do piso foi definida utilizando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 meses anteriores somada ao percentual do último Produto Interno Bruto (PIB) estadual consolidado, no caso, 2023.

A **grandeza** de quem cuida de cada detalhe. Unimed SOMOS COOP



TALINE OPPITZ
taline@correiodopovo.com.br

Alcolumbre diz que decisão é sua e segura CPMI do Banco Master

Na sessão do Congresso, nesta quinta-feira, em que foram derrubados vetos do presidente Lula à LDO, entre eles para permitir doações de bens, valores ou benefícios pela administração pública em período eleitoral, o destaque foi a pressão sobre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), pela criação da CPMI do Master. Na linha de frente da investida estavam representantes dos antagonistas PT e PL, que protagonizam o cenário da disputa pelo Planalto. Além do senador Flávio Bolsonaro, presidente do PL, em pessoa. Até aqui, Alcolumbre vem resistindo. Ao ser diretamente cobrado pela leitura do requerimento de criação da CPMI, Alcolumbre foi categórico. Ele afirmou que a prerrogativa é do comando da Casa e que a iniciativa não é uma prioridade. “O momento da leitura é um ato discricionário. Esse assunto não pode ser o prioritário neste momento”, disse, mencionando que a sessão foi convocada para atender aos apelos de prefeitos, mobilizados em Brasília desde terça-feira, em função da Marcha dos Prefeitos. Durante as cobranças, parlamentares citaram dois requerimentos que contam com número superior às 171 assinaturas necessárias para a criação da CPMI: um do deputado Carlos Jordy (PL), já protocolado, e outro das deputadas Fernanda Melchionna (PSol) e Heloísa Helena (Rede).

Zucco define coordenação política

O presidente estadual do Podemos, Everton Braz, assume, na segunda-feira, a coordenação política da pré-campanha de Luciano Zucco (PL) ao Piratini. Também são coordenadores Leonardo Pascoal (PL), do plano de governo, e o Coronel Mário Andreuzza, que atua como coordenador executivo da pré-campanha. Foi formado ainda um grupo dos presidentes de partidos que integram a aliança.

Depoimentos irão embasar plano de Maranata

Desde que renunciou ao cargo de prefeito de Guaíba, em abril, o pré-candidato do PSDB ao Piratini, Marcelo Maranata, tem percorrido as regiões do Estado fazendo abordagens nas ruas. A intenção é ouvir diretamente as pessoas para saber quais são as mudanças esperadas. As melhores respostas estão sendo publicadas nas redes sociais do tucano. A íntegra do material está sendo direcionada pela equipe das gravações ao grupo técnico responsável pela elaboração do plano de governo, cuja conclusão é estimada para junho.

TJ derruba lei contra vacina de Arroio do Sal

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça declarou inconstitucional a lei de Arroio do Sal que proibia a obrigatoriedade da vacinação contra a Covid. Em seu parecer, o relator da ação, desembargador Marcelo Bandeira Pereira, sustentou que o município extrapolou sua competência, ferindo normas gerais estabelecidas pela União e instituiu “disciplina incompatível com a proteção da saúde coletiva, criando indevido esvaziamento normativo em tema sensível de interesse público e configurando verdadeiro retrocesso na tutela da saúde pública”. A decisão se deu em ADI de autoria do Ministério Público. A lei, aprovada pela Câmara e sancionada em maio de 2025, proibia a vacinação obrigatória e a exigência de comprovante de imunização contra a Covid.

APARTES

■ A deputada Laura Sito (PT) encaminhará ofícios aos ministérios públicos Federal e Estadual, ao TCE e ao Ministério da Fazenda, questionando a aplicação de recursos do Funrigs, por meio do Prograntur, para empreendimentos de alto padrão. Segundo a deputada, a iniciativa do governo gaúcho gera discordância com a natureza do Funrigs.

■ Em entrevista ao programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, confirmou que, em reunião de alguns dirigentes com Lula, o petista afirmou que pretende “corrigir” o episódio de rejeição, pelo Senado, de Jorge Messias para o Supremo.